

## ADOLESCÊNCIA: UMA RESPOSTA A DEMANDA SOCIAL ADOLESCENCE: A RESPONSE TO SOCIAL DEMAND

*Silvia do Carmo Pattarelli \**  
*Fabício Ramos de Oliveira \*\**

### RESUMO:

Esse estudo busca elucidar a adolescência enquanto um momento construído pela relação indivíduo / mundo e pelas transformações sócio-culturais da sociedade. Em outras palavras, entendemos que a adolescência é uma resposta as demandas de determinado contexto – em particular da modernidade – que modificou a relação vida privada / vida pública e notabilizou o jovem como um ser ativo, histórico e social. Diante disso, esse trabalho, pautada na visão da Psicologia Sócio-Histórica, pretende desnaturalizar a adolescência como uma fase natural e conflituosa da vida e possibilitar que o jovem seja visto como agente transformador de seu meio. Para tanto, essa pesquisa busca promover condições para a expressão da subjetividade de adolescentes em Semi-Liberdade e em Internação no Cense Londrina I, com o objetivo de dar voz e essa população infanto-juvenil e aproximar o trabalho psicológico da realidade deles. Por meio de atividades com esses jovens, esse estudo acredita na força transformadora desses jovens bem como dos próprios profissionais que lidam com eles, possibilitando a expressão dos sentidos que eles tem do mundo, suas habilidades, como também, a ressignificação do contexto em que tanto eles como nós (estagiários) estamos inseridos.

**PALAVRAS-CHAVE:** adolescência, Psicologia Sócio-Histórica, transformações sócio-culturais, semi-liberdade, cense Londrina I.

135

### ABSTRACT:

This study seeks to elucidate the adolescence as a momentum built by the relationship between individual and world, and the socio-cultural transformations of society. In other words, we understand that adolescence is a response to the demands of a particular context - in particular of modernity - that changed the relationship private life / public life and the young man excelled as an active being, and social history. Therefore, this work, based on the vision of the Socio-Historical Psychology, aims denaturalize adolescence as a natural phase of life and conflict and to enable the young person is seen as a transforming agent in their midst. To that end, this research seeks to promote conditions for the expression of subjectivity of adolescents in Semi-Liberty and stay in Cense Londrina I, aiming to give voice and the juvenile population and approaching the psychological work of their reality. Through these activities with youth, this study believes in the transformative power of these young people themselves as well as professionals who deal with them, allowing the expression of the meanings they have in the world, their skills, but also the redefinition of the context in which both they and we (trainees) are inserted.

**KEYWORDS:** adolescence, Socio-Historical Psychology, socio-cultural transformations, Semi-Liberty, Cense Londrina I.

\* Professora orientadora, docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia – UniFil. Email: [silvia.pattarelli@unifil.br](mailto:silvia.pattarelli@unifil.br).

\*\* Discente do 5º ano do curso de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia – UniFil. [ramosfo42@hotmail.com](mailto:ramosfo42@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

O ser humano constitui-se por meio do processo de subjetivação-objetivação, ou seja, com isso ele torna-se histórico. Esse processo ocorre de modo dialético, ou seja, pela relação entre indivíduo e mundo. Diante disso, nota-se que o homem consolida-se enquanto um ser histórico, ativo e social, o qual se desenvolve ao transformar e ser transformado pelo mundo que o cerca.

Nesse contexto, a constituição subjetiva-objetiva do sujeito está intimamente relacionada com as transformações sócio-culturais que ocorrem na sociedade e que tais fatos interferem no desenvolvimento tanto estrutural quanto funcional do indivíduo em seu meio.

Em relação a isso, observa-se que as transformações ocorridas pelas demandas que a era Moderna provocou no mundo devido a Revolução Industrial, ao sistema Capitalista, a escola, as tecnologias e modos de produção as quais os indivíduos tiveram que responder. Frente a isso e também aos acontecimentos na América Latina século XX e, em especial, a expansão da noção dos direitos humanos, decorrente das trágicas experiências da Primeira e Segunda Guerras Mundiais como também devido ao contexto sócio-político da segunda metade do século XX na América Latina, onde se vivia golpes militares e a imposição da ditadura que coagia a população e delimitava seus direitos, surgiram movimentos populares de resistência, os quais possibilitaram “o alargamento da noção de direitos humanos” (GRANDINO, ano p.2).

Nesse contexto, mostra-se importante ressaltar o papel da Constituição Federal de 1988, pela qual provocou uma ressignificação dos conceitos de cidadania, da função do Estado e da concepção dos direitos civis. Tais mudanças, mais específicas ao âmbito político e cultural, suscitaram a organização de grupos em defesa da criança e do adolescente, culminando assim no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – lei nº 8069/90 – a qual “elevou a criança e o adolescente à condição de sujeitos de direitos”. (MARTINS, 2004, p.63)

Até esse momento a criança e o adolescente eram tratados em pé de igualdade com os adultos, isto é, eram vistos como um “mini-adulto”, fato que pode ser elucidado pela legislação vigente na época – o Código de Menores ou Doutrina da Situação Irregular – que se caracterizava em um conjunto de leis repressivas e de caráter assistencialista que conduzia os menores<sup>3</sup> à condição de presidiários, além de possuir objetivos paliativos e efêmeros a fim de apenas regular os distúrbios sociais. Logo, o objetivo maior era de afastar da sociedade aquilo que perturbava e incomodava a ordem social.

Entretanto, com o alargamento dos Direitos Humanos e o desenvolvimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a população infanto-juvenil assume um novo papel na sociedade, na qual passa a ser enxergada como sujeito ativo, integrante e participante, fato que confere novas zonas de sentidos referentes à infância e adolescência.

Desse modo, a juventude – segundo Groppo (2000) - caracteriza-se em uma categoria social, tornando-se representação sócio-cultural e uma situação social. Em outras palavras e de acordo com a Psicologia Sócio-Histórica, a adolescência é uma construção social e histórica, ou seja, diferente da concepção positivista arraigada tanto no senso comum como em outras abordagens que consideram a adolescência como uma fase, uma etapa natural, inerente e própria do desenvolvimento humano, marcada por conflitos e por patologias. Desse modo, por ser a adolescência constituída socialmente, ela é desenvolvida através de meios que satisfaçam as necessidades do jovem com os outros indivíduos.

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que no código de menores, era considerado menor pessoas com até 18 anos, contudo, tal distinção de faixa etária não garantia aos jovens uma condição específica.

A juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. (GROPPO, 2000, p.8)

A partir disso, pode-se entender a adolescência como uma resposta do sujeito a seu meio, que se consolida pela atuação dele como um ser ativo e pela dialética com o contexto, ou seja, um ser que “se constrói ao construir a sua realidade”. (BOCK apud OZELLA, 2003, p.08)

Desse modo, percebe-se que o ser humano não escolhe viver uma etapa/fase, mas que o seu contexto e o significado que ele o atribuir, o caracterizará; a resposta e a produção do homem em sua realidade será instrumento de sua participação na mesma, o que a partir disso, podemos tentar entender os significados de ser adolescente. Essa característica simboliza o “papel” do jovem em seu meio, seu papel e sua função na sociedade.

Assim, tal contexto proporciona o entendimento de uma impossibilidade de padronização do desenvolvimento biopsicossocial e a partir disso, a melhor compreensão das diversas representações de “adolescentes” que se podem verificar e que estão mutuamente relacionadas com a realidade de cada um deles, como por exemplo, os jovens em conflito com a lei e que vivem em situação de vulnerabilidade social, frente a uma juventude burguesa que muitas vezes não arca com suas conseqüências e conseguem assim se isentar de algumas “sanções” devido sua situação sócio-econômica<sup>4</sup>.

Diante disso, na atualidade, as transformações que acontecem de modo exacerbado e dinâmico, parecem impossibilitar que o jovem possa ter tempo para desfrutar e perceber as experiências pelas quais está passando e principalmente para corresponder e/ou reagir à diversidade de informações transmitidas a ele, o que não o permite assimilar vivências e desenvolver sua identidade. Diante de tal situação podemos supor que tais características prejudicam o processo de constituição de identidade do adolescente, visto que ele está em contato com suas mudanças biológicas e também com as vicissitudes do social.

Logo, na atualidade, os modelos sociais estão em constante e acelerada modificações, o que dificulta que os jovens firmem suas realizações, afetando concomitantemente a constituição de suas subjetividades, o que exige desses indivíduos (crianças e adolescentes) uma procura incessante de formas de ser, que não os exclua do contexto em que estão inseridos, como – por exemplo – o ato infracional.

Além disso, vale lembrar que a modernidade apresenta falhas institucionais referentes às relações sociais, fato que dificulta o entendimento e a aceitação da população infanto-juvenil como situação social e a sua constituição como parceiro ativo e mobilizador de mudanças necessárias à sociedade.

Diante dessa dinâmica social e de suas conseqüências em seus membros – os adolescentes – mostra-se interessante mencionar o sociólogo polonês Zygmunt Bauman que define a sociedade atual como “líquido-moderna”.

‘Líquido-moderna’ é uma sociedade em que as condições sob as quais agem seus membros mudam num tempo mais curto do que aquele necessário para a consolidação, em hábitos e rotinas, das formas de agir. (BAUMAN, 2007, p.07)

<sup>4</sup> Aqui convem ressaltar que tanto o jovem em vulnerabilidade social como o adolescente burguês cometem os mesmo atos, entretanto, as conseqüências não são as mesmas.

Com isso, pode-se notar que os adolescentes não conseguem solidificar suas realizações devido à rapidez com que as informações e as modificações sociais acontecem, provocando assim também uma relação dinâmica na construção de sua identidade, fato que faz com que o jovem procure resposta, responda e co-responda a seu meio.

Por meio disso e devido à sociedade contemporânea, na qual impera o consumo e as relações capitalistas, um modo do jovem objetivizar o contexto em que vive, pode ser pela posse de instrumentos como marcas e rótulos – representantes ideológicos do sistema – pelos quais o adolescente pode tornar-se, desse modo, dependente do consumo de símbolos comerciais para formar sua identidade e ser representativo em seu contexto.

Esse contexto, portanto, potencializa a alienação<sup>5</sup> do adolescente, visto que suas potencialidades e possibilidades de ser ou de vir-a-ser tornam-se exteriores a ele, pois esse jovem torna-se particular e parcial, ou seja, ele perde a consciência de sua possibilidade de agir em seu meio e fica preso a um fragmento do real, neste caso o consumo<sup>6</sup> e a necessidade de se incluir na sociedade por meio dele.

Cumpra assinalar que não são todos que têm acesso e condições ao que é sugerido (imposto) pelo sistema e que o jovem em questão é privado desse acesso devido a sua situação sócio-econômica, visto que a grande maioria se encontra em um estado de marginalização, o que marca sua vida e suas relações com o mundo com grande estigma de pobre, delinqüente, incapaz, etc. Não podemos deixar de mencionar também as questões étnico-raciais demarcadas no Brasil, onde a grande maioria do que se encontram na linha de pobreza, ou abaixo dela, são afro-descendentes. Como também, há a constituição de uma estrutura familiar desses jovens deficiente decorrente de vários fatores que variam da condição econômica a ausência de representantes familiares. Além disso, essa desigualdade social atinge não somente a condição econômica como também o acesso à educação, à saúde, ao mercado de trabalho. Desprovidos da proteção social a que tem direito, o adolescente das camadas mais pobres adentra o espaço da vulnerabilidade social.

Oportuno se torna dizer que devido a tais características e como resposta a elas, os adolescentes acabam infringindo algumas regras para poderem ter acesso àquilo que o sistema – de forma utópica – os oferece, o que pode provocar a infração às leis e normas que constituem o Estado, ou melhor, o sentido que ele possui de Estado. Em síntese, a vulnerabilidade social – consolidada pela privação do acesso a bens e serviços como educação, trabalho, lazer e cultura – e a “sedução” da mídia em torno do consumo como forma de inclusão social, tornam-se agentes para o cometimento do ato infracional pelos jovens.

O adolescente considerado autor de ato infracional busca sua inclusão na sociedade contemporânea, marcada pelo imperativo do consumo e por relações capitalistas, onde todos podem ser lançados na moda do consumo, porém nem todos podem efetivamente assumir o papel de consumidores. (BAUMAN apud CASTRO e GUARESCHI, 2008, p.2006)

Seguindo nesse pensamento desenvolvido por Bauman, todo adolescente precisa consumir

5 Entende-se alienação por meio do conceito de Agnes Heller em “*O cotidiano e a História*”, onde ela atribui a esse termo a cristalização do indivíduo como um ser que torna-se impossibilitado de movimento e de explicitação de suas motivações particulares, sentimentos e paixões, perdendo assim sua objetividade. Ou seja, para Heller a alienação consiste no abismo entre a produção humano-genérica e a participação consciente do homem nesta produção.

6 O consumo, nesse contexto, é entendido como representante ideológico do sistema capitalista, que será um dos aspectos geradores de desigualdade e da característica do adolescente não sentir-se inserido no meio em que vive, o qual expressará – pelo ato infracional – forma de pertencer mundo.

para se sentir incluso, mas nem todo adolescente pode consumir, o que de certa maneira o exclui do mundo do consumo e de outros contextos necessários para sua atuação na sociedade. Além disso, pode-se perceber que esse método persuasivo do sistema capitalista – que se pauta no consumo – gera uma ordem social desigual, a qual o sistema assinala como inclusão, porém mascara a exclusão, entendida como injustiças sociais, tornando esse processo dialético – exclusão/inclusão – um dos instrumentos que provocam a infração das normas vigentes na sociedade.

A sociedade exclui para incluir e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico. (SAWAIA, 1999, p.08)

Entretanto, não podemos afirmar que todo indivíduo em situação de vulnerabilidade social ou persuadido pelo sistema capitalista se tornará um infrator ou um criminoso. Logo, a percepção, a leitura e a interação que o adolescente faz com seu mundo – representados pela sociedade, família, trabalho, etc. – permitem escolhas e atuações, que tornam possível a relação do jovem com seu ambiente, que se afirma pela linguagem desse jovem com ele mesmo e com seu contexto, tornando-o representativo de um todo.

Podemos assim, buscar entender as expressões da subjetividade do jovem que comete ato infrator e tentar promover a resignificação deles em relação ao mundo a seu redor através da formação de vínculos pelos quais esses adolescentes possam se expressar e tornar conscientes suas realidades e suas capacidades, isto é, possibilitar o desenvolvimento de novas zonas de sentido.

139

Para tanto se mostra importante conceituarmos o que é a subjetividade nesse estudo. A subjetividade constitui-se em uma construção histórica, social e cultural, na qual o homem a partir do seu trabalho pôde transformar a natureza e, ao fazer isso, percebeu que o trabalho possibilita a sua expressão no meio a que pertence. Contudo, há a necessidade desse indivíduo identificar, nomear e colocar significados àquilo que produz.

Vygotsky (1991) concebe o homem como um ser inserido em sua cultura e em suas relações sociais o qual está continuamente internalizando formas concretas de sua atividade interativa. É nesse movimento externo/interno, social/individual, outros/eu que vai se constituindo a subjetividade humana como intersubjetividade a partir do significado intercambiado. (Apud CIARLINI, 2008)

Tudo isso torna o trabalho e a sua dinâmica instrumentos para o surgimento da linguagem, a qual se caracteriza como a expressão do homem em seu meio, produz signos que irão constituir as palavras e, desse modo, possibilitar a comunicação desse indivíduo com os outros. Tal fato permite ao ser humano abstrair e entender o meio que o cerca, dando a ele sentido, o que possibilita a elaboração e a expressão de sua subjetividade. Por meio dessa inter-relação indivíduo/mundo externo, constitui-se a subjetividade social, que se consolida na dialética entre o mundo interno e o mundo externo envolvendo regras, valores, sentimentos e a atuação do sujeito em seu contexto.

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

## PROJETO

De acordo com o exposto, ou seja, as modificações sócio-culturais, as demandas que as transformações sociais exigem e ao entendimento naturalizado que a sociedade, como também algumas abordagens psicológicas possuem da adolescência como fase conflituosa e problemática, esse trabalho pretende estudar a adolescência no mundo moderno pautado na visão da Psicologia Sócio-Histórica como argumento para a desnaturalização da adolescência como etapa natural e patológica e em defesa do jovem como um fenômeno que surge de mudanças históricas e sociais relativas a uma nova constituição de família, vida privada/vida pública.

Além desse fator, em relação ao adolescente em vulnerabilidade social há o fenômeno da violência, periculosidade, da agressividade e de outros aspectos deterministas defendidas por algumas áreas da psicologia. Desse modo, fundamenta-se uma pesquisa – por meio dessa perspectiva – como maneira de possibilitar ao adolescente a expressão de sua subjetividade, por entender que a mesma se constitui nesse processo social, histórico e cultural, assim como pelo sentido conferido pela própria história de vida desse jovem. Com isso, o adolescente poderá encontrar uma forma de refletir sua existência e a relação da mesma com outros níveis da sociedade.

Com isso, a partir de atendimento grupal de adolescentes em regime de semi-liberdade e internação, a proposta desse trabalho é analisar o processo de constituição da subjetividade deles pautado na Psicologia Sócio-Histórica. Por considerar a linguagem como categoria principal para a análise da subjetividade, essa pesquisa tem como objetivo entender as construções de sentido dos jovens e através da pesquisa-ação e possibilitar a ressignificação do adolescente que se encontra em vulnerabilidade social. Esse trabalho, também, proporcionará ao aluno de Psicologia uma possibilidade de novas formas de pensar esse adolescente e de instrumentalizá-lo por meio da metodologia da pesquisa-ação.

Diante disso, busca-se informações que permitam o entendimento e análise da subjetividade do adolescente em regime de semi-liberdade, bem como, possibilite ao adolescente maneiras de expressão da sua subjetividade através de atividades desenvolvidas na Casa Semi-liberdade e no Cense Londrina I, a criação de um ambiente facilitador<sup>7</sup> que permita ao adolescente manifestar seus pensamentos, sentimentos e emoções através de uma postura diferenciada do que eles costumam encontrar do profissional de Psicologia e entender de que maneira o adolescente em regime de semi-liberdade reconhece e subjetiva a própria condição de adolescência e sua relação com os critérios de justiça, ética, cidadania, relações familiares e demais relações com a sociedade.

## METODOLOGIA

A pesquisa utilizará a pesquisa-ação, pela qual as informações serão buscadas por meio de encontros semanais com duração de 1h30min. desenvolvidos por estagiários de Psicologia do Centro Universitário Filadélfia (UniFil), da cidade de Londrina, PR. Essas atividades são programadas juntamente com os adolescentes. A pesquisa-ação por ser um método qualitativo não diretivo, preconiza a construção de uma pesquisa a cada encontro. Essa flexibilização é necessária por considerar que essas informações só poderão ser encontradas caso seja permitido uma expressão espontânea por parte do grupo.

[...] a pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com

<sup>7</sup> Aqui “ambiente facilitar” apesar de permitir correspondência com o conceito winnicottiano, tal perspectiva não será referenciada.

a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT, 2000, p.14)

Assim, a pesquisa-ação pode ser entendida como um instrumento de “engajamento sócio-político a serviço das classes sociais populares” (Ibidem, p.14). Desse modo, essa metodologia permite que o pesquisador atue de forma ativa na relação entre ele e seu objeto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência – em algumas áreas da Psicologia – é vista como uma etapa natural, inerente e própria do desenvolvimento do homem. É marcada por conflitos e crises naturais da idade, marcadas por características negativas, sofridas, ocorridas por condição histórica e cultural.

A Psicologia Sócio-Histórica não nega que a adolescência seja importante para a Psicologia e nem que ela não aconteça, mas não a considera como uma fase natural do desenvolvimento, e sim uma criação histórica da sociedade, que faz parte da cultura. Devemos considerar o fato de que aquilo que a adolescência adquire historicamente está determinando as ações pessoais, políticas, sociais, profissionais em relação a ela.

Precisamos entender a adolescência como constituída socialmente através das necessidades sociais e econômicas dos grupos sociais. Ela constitui-se em uma fase de formação dos próprios valores, da formação da identidade, onde ocorrem as escolhas e transformações.

A figura do menor ainda existe no social, revelando-se nas interpretações, fantasias e idealizações, que produzem as diferentes imagens que formam as percepções coletivas sobre esse personagem real e concreto. Assim, crianças e adolescentes, por exemplo, que vivem pelas ruas, atribuem significados a si mesmos. Esta identidade social, acabou se transformando em um instrumento de identificação e controle deste segmento da infância, constituindo sua subjetividade.

A análise da constituição da subjetividade de um adolescente concreto, inserido numa realidade concreta, permeada de contradições e sentimentos, que podem parecer ambíguos, pretende resgatar a imagem do jovem como um ser que vai se construindo a partir de sua inserção no mundo e das relações estabelecidas neste mundo, modificando-o e sendo modificado por ele.

Compreender a realidade da infância e adolescência, em situação de vulnerabilidade social, colabora também com a superação da imagem presente no imaginário social e favorece a construção de políticas públicas, onde se compartilhe o verdadeiro espaço da cidadania.

Nesta sociedade desigual, a situação de pobreza, miséria e violência social acaba atingindo drasticamente as crianças e adolescentes, o que reflete na população, onde os jovens deixam ser protegidos e assegurados e faz com que muitos deles encontrem na infração das leis seu espaço. O momento que a juventude vive é muito marcado pela mudança que tentam efetivar em suas vidas e por todas as dimensões e implicações que a ela se referem.

Um breve olhar sobre a história da infância e adolescência empobrecida em nosso país nos leva a constatar que a imagem do “menor” foi sendo construída a partir de representações sociais, ancoradas nas marcas e no estigma da exclusão, e na própria realidade. (CALIL, 2003, p.138)

A subjetividade das crianças e dos adolescentes se constitui nas relações que eles estabelecem. Através dessas relações, eles se identificam e se constituem como sujeito. Pelo processo de mediação social, estas relações vão determinando a constituição de sua subjetividade,

que é mutável, de acordo com as transformações do momento histórico e social que ele vive.

Segundo as formulações da Psicologia Sócio-Histórica, o ser humano se apropria da produção histórica da humanidade em sua atividade, nas relações com a realidade social e com os outros homens, a partir do que pode transformar sua história e sua realidade. Este processo de constituição do homem, não ocorre por uma absorção imediata do meio, mas por um movimento constante de subjetivação da realidade que o torna único. Neste processo, em que o mundo objetivo é convertido em subjetivo, configurando-se algo novo, a linguagem desempenha um papel fundamental, ela é o instrumento psicológico, que materializa as significações historicamente produzidas e por meio do qual o homem significa a sua atividade, permitindo o contato com o mundo exterior e ao mesmo tempo com a própria consciência. Assim, a subjetivação da realidade objetiva é mediada pelos significados.

[...] a constituição social do indivíduo é um processo diferenciado, em que as conseqüências para as instâncias sociais implicadas e para os indivíduos que as forma dependem dos diferentes modos que adquirem as relações entre o indivíduo e o social, dentro das quais ambos os momentos têm um caráter ativo, isto é, cada momento se configura de formas muito diversas ante a ação do outro, processo que acompanha tanto o desenvolvimento como o desenvolvimento social. (GONZÁLES REY, 2005, pp. 202-203)

De acordo com a perspectiva Sócio-Histórica, o homem é visto como ser histórico, que se constitui ao longo do tempo, pelas relações sociais e pelas condições sociais e culturais. O homem não é dotado de uma natureza humana, pois o desenvolvimento da humanidade já permitiu que o homem se libertasse e ultrapassasse as condições e limitações lógicas que possui.

A sócio-histórica entende este homem a partir da concepção de “condição humana”, isto é, alguém que constrói formas para satisfazer suas necessidades junto com outros homens. Um ser histórico com características forjadas de acordo com as relações sociais contextualizadas no tempo e no espaço histórico em que ele vive. [...] na sócio-histórica esta relação é concebida dialeticamente na medida em que este ser se constrói ao construir a sua realidade. (BOCK apud OZELLA, 2003, p. 08)

A adolescência foi constituída pelos homens, em suas relações sociais. As características da adolescência também são constituídas nessas relações sociais. A adolescência não é vista como uma fase natural do desenvolvimento, pois constituiu-se na história a partir das necessidades sociais e todas as suas características foram desenvolvidas a partir das relações sociais com o mundo adulto e com as condições históricas em que se deu seu desenvolvimento. Assim, a adolescência é um momento de desenvolvimento na sociedade moderna, não é natural dos seres humanos, é histórica, fato que nos permite encara-los como “parceiros ativos e propiciadores de mudanças necessárias à nossa sociedade”. (OZELLA, 2003, p. 09)

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam e PINHEIRO, Leonardo Castro. “Violência e vulnerabilidade Social”. In: FRAERMAN, Alicia (Ed.). *Inclusión Social y Desarrollo: Presente y futuro*

de *La Comunidad Ibero Americana*. Madri: Comunica, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BOCK, Ana M. Bahia; GONÇALVES, M. Graça M.; FURTADO, Odair. A psicologia como ciência do sujeito e subjetividade: a historicidade como noção básica. In: *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva em psicologia*. São Paulo: Cortez, 2001

BRASIL, Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, 13 de julho de 1990.

CALIL, Maria Izabel. De Menino de rua a Adolescente: análise sócio-histórica de um processo de ressignificação do sujeito. In: *Adolescências Construídas: uma visão da psicologia sócio-histórica*. São Paulo: Cortez, 2003, pp. 138-166.

CARVALHO, Leonardo Mata. Comparativo entre o Código de Menores (Lei n.º 6.697/79) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90). *Revista Eletrônica Mensal Do Centro De Pesquisas Jurídicas - Unifacs/Bahia*, n. 11, abr. 2001. Disponível em: <[http://www.facs.br/revistajuridica/edicao\\_abril2001/corpo-discente/graduacao/comparativo.htm](http://www.facs.br/revistajuridica/edicao_abril2001/corpo-discente/graduacao/comparativo.htm)>. Acesso em: 06 de julho de 2009.

CASTRO, A. L.; GUARESCHI, P. Da privação da dignidade social à privação da liberdade individual. *Psicologia e Sociedade*. Porto Alegre, v.20, n. 2, p. 200-207, maio/ago 2008.

CIARLINI, Norma Veras Leite. *Constituição do sujeito, subjetividade e identidade*. Disponível em: <[http://www.psicopedagogiabrasil.com.br/artigos\\_norma\\_constituicao\\_do\\_sujeito.htm](http://www.psicopedagogiabrasil.com.br/artigos_norma_constituicao_do_sujeito.htm)>. Acesso em 13 de julho de 2009.

*ESTADOS UNIDOS, Carta Das Nações Unidas, de 26 de Junho de 1945, São Francisco.*

GONZALES REY, Fernando. *Sujeito e Subjetividade*. São Paulo: Thompson, 2005.

GRANDINO, Patrícia Junqueira. *Estatuto da Criança e do Adolescente: O sentido da Lei para as relações intergeracionais*. Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade.

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

MARTINS, Daniele Comin. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Política de Atendimento a partir de uma perspectiva sócio-jurídica. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, v.4, n.1, pp. 63-77, 2004.